

*III Simpósio de
Filosofia Antiga da UFRRJ:
O Bem*

Caderno de resumos

*18 a 20 de setembro
AUDITÓRIO PAULO FREIRE/ ICHS/ UFRRJ*

*Realização:
PPGFil/UFRRJ*

*Zétesis - Grupo de Pesquisa em Filosofia
Antiga e Tradição da UFRRJ
OUSIA - Laboratório de Estudos em
Filosofia Clássica da UFRJ*

Apoio:



RESUMOS:

MINICURSO:

**18 de setembro – PAT sala 423 – 15 às 17h
e 19 de setembro – Auditório Paulo Freire – 10 às 12h**

Eros e o Bem além da essência: A metafísica erótica de Plotino (minicurso)

Marcus Reis Pinheiro (UFF)

Nestas aulas, a intenção é apresentar de modo geral as noções centrais da filosofia de Plotino. Em uma primeira parte, apresentaremos os argumentos principais para se defender as três hipóstases (Uno/Bem, Intelecto, Alma), buscando desenvolver um pouco as peculiaridades de cada uma delas. A noção de processão e retorno contemplativo também serão fundamentais para se entender os meandros do surgimento gradativo de cada uma das hipóstases.

A partir desta exposição geral, em uma segunda parte, o curso passa a descrever melhor as torções e qualificações realizadas por Plotino da noção de eros platônica. Em Plotino, eros está estreitamente vinculado ao processo de retorno à fonte, isto é, ao processo da contemplação participativa de uma hipóstase para a sua superior. Assim, pode-se falar de um eros da Alma ao Intelecto e de um outro eros, um “eros além do eros”, efetuado pelo Intelecto em direção ao Uno/Bem.

PALESTRAS:

18 de setembro – Auditório Paulo Freire – 18 às 21h

Hannah Arendt e a "alegoria da caverna": o Bem como "ideia das ideias"

Rodrigo Ribeiro (Unirio)

Pretendo apresentar e discutir a leitura arendtiana da "alegoria da caverna". Arendt atribuiu à interpretação de Martin Heidegger sobre a “alegoria da caverna” a fonte de

sua inspiração para a sua leitura sobre o problema platônico da “aplicabilidade” da filosofia à esfera dos assuntos humanos. No texto "A doutrina de Platão sobre a verdade", Heidegger considera que Platão, quando narra a descida do filósofo do âmbito das ideias para o fundo da caverna, teria modificado o conceito de verdade de “desvelamento” para “adequação” da cópia ao modelo. Na interpretação arendtiana, Heidegger, contudo, teria ignorado o contexto político da alegoria da caverna, desconsiderando que, por mais que as experiências filosóficas subjacentes à doutrina platônica das ideias apontem para a ideia do belo como a mais elevada (o que é expresso no diálogo "O Banquete" e "Fedro"), será, no entanto, a ideia do Bem o supremo grau da ascensão dialética do espírito nesse contexto da obra "A República". Conceber o Bem ao invés do belo como a “ideia das ideias” revela, para Arendt, o esforço do filósofo por “modificar a doutrina das ideias de modo a torná-la útil para uma teoria da política”, uma vez que o pensamento imperaria sobre a ação, “prescrevendo-lhe princípios de tal maneira que as regras da ação fossem invariavelmente derivadas de experiências do pensamento”. A tese arendtiana defende que, se a adequação é a ideia máxima da qual todas as demais ideias devem participar para que cheguem a ser ideias, então, as ideias são aplicáveis por definição, e, nas mãos do filósofo, aquele que é versado em ideias, poderiam se tornar regras e padrões para a esfera política.

O Bem e seu mais além: introdução à crítica psicanalítica do princípio aristotélico
Carla Francalanci (UFRJ)

O objetivo deste texto é mostrar a investigação psicanalítica como um pensamento que se posiciona, a partir do texto "Mais além do princípio de prazer", em confronto direto com o axioma ético aristotélico. A abertura da EN pode ser entendida também como a abertura da via ética calcada no Bem como princípio primeiro, pela qual o Ocidente enveredou inquestionavelmente no desenrolar de sua história. Nesse sentido, a descoberta de Freud de um "mais além" do Bem pode ser marcada como um dos abalos à tradição que configuram, para o pensamento, sua entrada na contemporaneidade.

Uma análise comparada de algumas perspectivas da obra de Nietzsche sobre o conceito de bem socrático-platônico

Ricardo Vieira (CPII)

O objetivo da apresentação consiste em comparar alguns textos de diferentes momentos da obra de Nietzsche a respeito do conceito de bem socrático-platônico, a fim de identificar as diferenças em suas abordagens e posições sobre o tema. Com isso, procuraremos problematizar a famosa crítica de Nietzsche à concepção de bem e mal proveniente da tradição grega clássica e do cristianismo.

O soberano bem no estoicismo e no epicurismo sob a ótica kantiana

Flávio de Britto Pinto (UFRRJ)

A Dialética da Razão Pura Prática da Crítica da Razão Prática é perpassada por referências às escolas éticas gregas, especialmente o estoicismo e o epicurismo. Esse trabalho traz essas referências ao primeiro plano, buscando esclarecer como Kant compreendia a relação entre virtude e felicidade no interior dessas filosofias, no contexto de um contraste com sua própria proposta de uma ligação sintética entre esses dois elementos, mediada pela postulação da imortalidade da alma e da crença racional na existência de Deus.

19 de setembro – Auditório Paulo Freire – 13.30h às 16h

A questão do bem e a ideia de uma filosofia prática segundo Aristóteles

Francisco Moraes (UFRRJ)

A filosofia prática, tal como formulada por Aristóteles em sua *Ética a Nicômaco*, volta-se de maneira decidida e exclusiva para o assim chamado bem humano. Este bem é aquele visado pela política. Filosofia prática e política visam ambas, de maneiras distintas, o mesmo bem. Trata-se do bem que subordina a si todos os demais bens e atividades humanos, sem que tal subordinação tenha sido produzida por uma decisão ou acordo prévio. É graças a esse bem que os homens podem deliberar, buscar

algumas coisas e evitar decididamente outras, em suma, viver numa certa *pólis*. A ideia mesma de uma filosofia prática encontra-se assim alicerçada nesta estrutura teleológica da vida humana, sem a qual, sustenta Aristóteles, nossos propósitos seriam vazios e vãos. Seguindo esses pressupostos fundamentais, três são as questões que precisam ser levantadas e investigadas: 1. É necessário postular tal bem humano último para que a vida humana faça sentido e qual a natureza de semelhante postular? 2. De que tipo seria este bem e como ele subordinaria a si os demais? 3. Este bem, existente e proeminente, pode ser alcançado por uma atividade específica ou ficaria a cargo de mais de uma atividade ou mesmo de todas? Ao levantar essas questões, a filosofia prática abre ousadamente e instaura o campo de auto fundamentação da vida humana a partir de suas possibilidades mais elevadas e últimas. Seu empenho teórico é, em si mesmo, prático, pois o que está em jogo é saber se o homem enquanto tal possuiria uma meta a ser alcançada e poderia realizar-se da maneira a mais plena e acabada possível, mesmo levando-se em conta o caminho necessariamente acidentado que conduz até ela.

Esferas dialógicas: atração e repulsão no De Anima de Aristóteles

Gabriel Moraes (Mestre PPGFil - UFRRJ)

A noção aristotélica de que “o conhecer é da alma tanto quanto o perceber, o opinar e ainda o ter apetência, assim como o deliberar e os desejos em geral” (*De Anima* I.5, 411a26-28) chega mesmo ao ponto de sinalizar que o objeto do desejo (*ὄρεκτόν* > *orektón*) é o bem ou o bem aparente. Essa perspectiva, própria do tratado *De Anima*, reforça, na dobradura dos fatos, a intrínseca coligação entre o que é desejável e aquilo que parece ser bom, em face do bem na condição de principal objetivo do desejo no sujeito cognoscente. A partir dessas aceitações é que o trabalho em questão pretende abordar o bem na posição do que faz mover, uma vez que as sensações percebidas pela alma do ser pensante se figuram como imagens subsistentes, as quais, associadas a recursos enunciativos, tornam-se aptas a gerar atração e repulsão, em meio aos diversificados estágios do viver. Por tais vias exploratórias, então, é que os assuntos mencionados serão vistos.

O bem para si em Aristóteles: A individualidade como elemento constitutivo da comunidade

Erick Costa (Mestre PPGFil – UFRRJ)

O objetivo de nossa comunicação é analisar a crítica que Aristóteles faz aos requisitos que Platão entende serem necessários para que o guerreiro cumpra bem sua função, quais sejam: receber apenas o necessário para sobreviver, não podendo com isso adquirir nenhum tipo de posse; além disso, os guerreiros, na cidade idealizada pelo filósofo, se relacionariam entre si, como se todos fossem companheiros de todos, como se todos os filhos fossem filhos de todos, como se todos os pais e mães, fossem pais e mães de todos os filhos. Entendemos que as críticas de Aristóteles assinalam a necessidade de que as relações familiares e o cuidado pelo que dizemos ser nosso e que entendemos estar sobre nossa responsabilidade não só sejam fundamentais para uma vida harmoniosa da cidade como são requisitos para que uma cidade seja reconhecida como tal. Para Aristóteles, é fundamental que pensemos em nós e naquilo que nos diz respeito para que sejamos boas pessoas. O egoísmo em Aristóteles, se podemos chamá-lo assim, talvez seja, nesse sentido, libertador e bem distinto do egoísmo tal como o experimentamos em nossa época.

O bem comum e o bem de cada um

Mário Máximo (UFRRJ)

Uma crítica usual à noção de bem comum é aquela que diz que mesmo indivíduos bem informados e comprometidos podem ainda assim discordar do que o constitui. Dessa forma, seria necessário, no âmbito político, colocar a questão do bem entre parênteses, para utilizarmos a expressão de Rawls, e garantir apenas as condições mínimas de convivência e respeito. Entretanto, se retornarmos a Aristóteles, veremos que o filósofo permite uma flexibilidade e uma discussão em relação ao bem comum entre cidadãos, sem que isso desfaça a comunidade política. Aristóteles nos adverte que a unidade na cidade não pode ser perfeita, dado que a cidade é justamente uma “multidão” (Pol. II.1 1261a15–20), mas também não deve ser fortuita ou mínima, o que a transformaria num mero acordo entre interesses diversos. Essa unidade do bem

comum, sem que isso signifique um alinhamento completo ou um desaparecimento das individualidades, é justamente o que pretendemos investigar.

19 de setembro – Auditório Paulo Freire – 16:30 às 19h

Doxa e para doxa a respeito do bem no Górgias de Platão

Maria Aparecida Montenegro (UFC)

O *Górgias* é um diálogo marcado do início ao fim por um forte tom agonístico, no qual Platão põe em franco combate o que atribui como sendo o programa da retórica sofisticada e o da filosofia, representados, de um lado, por Górgias e seus discípulos e, de outro, por Sócrates. Nesta comunicação, pretendo examinar as concepções daquilo que é bom – ou do bem – que emergem do embate travado entre Cálicles e Sócrates, a fim de mostrar que a filosofia, tal como Platão a apresenta, erige-se como pára dóxa da sofisticada. Mais precisamente, pretendo mostrar que o mito escatológico narrado por Sócrates ao final do diálogo, concebido por ele mesmo como *lógos*, chama atenção para a justiça e para o julgamento que realmente deveriam importar para cada um de nós, contrariamente ao tipo de justiça e de julgamento aos quais Sócrates está prestes a ser submetido.

Sobre a filosofia e a sofisticada – entre o bem e o mal

Lucio Lauro Salles (UFRJ)

Foi a partir da democracia de Péricles que vigorou entre os gregos um tipo de organização judiciária jamais vista novamente na integralidade, em lugar algum, em épocas posteriores. Um modelo de composição forense que permitia ao cidadão comum, do povo, ser juiz em tribunais populares, mediante sorteio e por tempo determinado. Foi diante de tribunais como esses que Antifonte e Sócrates foram condenados à morte, após realizarem oralmente suas respectivas defesas das acusações que lhes foram feitas, conforme as determinações das leis vigentes. Nessa época, as competências expressivas e intelectuais passaram a ser vistas como um bem passível de aquisição, não mais restrito aos “bem nascidos”, momento esse em que vários jovens atenienses buscaram os sofistas (em sua maior parte estrangeiros), que, chegando à Atenas vindo de cidades diferentes, aceitaram tomá-los como alunos em troca de

remuneração que lhes assegurasse a sobrevivência. Nesse sentido, a interpretação da sofística como “má filosofia”, corrupção do saber ou *psêudos*, transmitida por avatares da tradição, é, também, em parte, tributária das reações de Isócrates e de Platão ao ensino de alguns pensadores que lhes foram adversários, no contexto de uma então desejada captação de discípulos. Minha apresentação consistirá da leitura de um opúsculo da autoria de Alcidamante de Eleia, sucessor de Górgias e líder de uma escola de filosofia e retórica em Atenas, ao qual farei comentários a fim de destacar a posição de Alcidamante frente a certas qualificações da filosofia e da sofística por Isócrates e por Platão.

Górgias e a decisão ética trágica

Cristiane Azevedo (UFRRJ)

A presente apresentação pretende pensar a questão do bem no horizonte do que seria a doutrina ética de Górgias. Embora tenhamos poucos testemunhos para reconstruir uma tal doutrina, acreditamos que o pensamento ético de Górgias está fortemente relacionado com sua gnosiologia. Não existe conhecimento que não seja atormentado pela ambivalência dos discursos, portanto, não existe nada que possa ser apresentado como conhecimento último, absoluto. As possibilidades inconciliáveis não levam, no entanto, à suspensão do juízo como entre os céticos, mas à ação. Em toda ação há uma decisão, tomada a partir da persuasão de que uma determinada ação é melhor do que a outra. Tal decisão é sempre trágica pois não deixa de ser atormentada pela possibilidade que é deixada de lado.

Bem: absoluto ou relativo?

Luis Felipe Belintani (UFF)

O texto anônimo sofístico, escrito provavelmente no final do século V ou início do século IV a. C., apelidado na modernidade de *Dissoi Lógoi* (*Discursos Duplos*), começa afirmando que “dois discursos acerca do bem e do mal são ditos na Grécia pelos que filosofam”. Não se trata, porém, apenas de dois discursos diferentes ou contrários acerca de um mesmo objeto, como na tese de Protágoras da antilogia (contradição),

mas a antilogia de primeira ordem é ela mesma o objeto de uma disputa antilógica maior: um dos discursos assume a antilogia e conclui pela relatividade das noções de bem e mal, o outro discurso, reconhece a antilogia, mas nega que ela seja razão para renunciar ao caráter absoluto de tais noções.

20 de setembro – Auditório Paulo Freire – 10 às 12h

O conceito de bem enquanto propriedade: algumas interpretações possíveis sobre o viés ético da filosofia de Demócrito de Abdera
Viviane Rodegheri (Mestranda PPGFil - UFRRJ)

Pouco se reporta à filosofia de Demócrito de Abdera com a produção de pesquisas de cunho acadêmico ou afim, posto se tratar de um filósofo pré-socrático (evidentemente que com determinadas ressalvas terminológicas) cujos fragmentos, apesar de serem os mais numerosos entre os que a contemporaneidade conseguiu herdar, ainda se inunam em questões bastante específicas e problemáticas, como a de saber, por exemplo, se os arrazoamentos escritos que lhes estão vinculados são de sua autoria e, se sim, se são autênticos ou não. De qualquer forma, nas exíguas ocasiões a que se alude a Demócrito, em geral se lhe enfatiza a relação com as origens do atomismo, sobretudo porque comumente o filósofo é designado como discípulo de Leucipo de Mileto, considerado um dos principais expoentes dessa vertente de pensamento no contexto da filosofia antiga ocidental. Daí o fato de os aspectos físicos da teoria de Demócrito serem mais privilegiados do que os éticos, embora estes últimos apresentem uma fecundidade ímpar e um caráter extremamente peculiar em seu corpo filosófico. O presente trabalho procurará analisar, portanto, alguns desses excertos de ordem ética atribuídos a Demócrito, concentrando-se, porém, na sua perspectiva acerca de um conceito assaz axial na antiguidade clássica: o conceito de bem (*ἀγαθός*). E, a fim de que o tema interpelado não seja abarcado de forma demasiado extensa, examinar-se-á precisamente uma das concepções suscitadas por esse conceito, isto é, a de bem material, de posses, e propriedade que proporciona algum benefício pecuniário ou similar ou daquilo que se poderia definir por *bens*. Qual é o posicionamento de Demócrito sobre riqueza, pobreza e partilha? Em que medida suas asserções e alvitres a esse respeito correspondem, de modo coerente, com a matriz atomista? E por que

esta costuma consistir numa exigência a ser requerida? A investigação respaldar-se-á, ainda, na consulta bibliográfica de alguns trabalhos já efetivados sobre o assunto. Os fragmentos a serem esmiuçados constituirão alguns dentre os a seguir elencados: DK 68 B 40, 50, 51, 56, 72, 77, 78, 88, 92, 95, 96, 101, 106, 108, 151, 171, 173, 175, 185, 210, 218 - 222, 224, 227 - 229, 231, 247, 253, 255, 258, 262, 279, 280, 282 - 287 e 291. É fundamental frisar ainda que, multifária e úbere, a apresentação estabelecida por Demócrito sobre o bem assume diversos formatos, versando sobre uma pluralidade de esferas da vida social, familiar, espiritual, individual e em comunidade, embora nos comprometamos a abordar apenas os elementos mais específicos que a noção de *bens*, compreendida como “espólio” ou “vantagem material”, é passível de provocar no interior de sua filosofia.

Entre a Virtude e o Dever: Aristóteles e a fragilidade da vida humana

Brunno Alves (Mestrando PPGFil - UFRRJ)

O presente título busca englobar numa breve reflexão dois momentos da história da filosofia que expressam as marcas se não inteiramente antagônicas, pelo menos em diálogo acirrado e em certa discussão, sobre o estatuto dos seguintes elementos: felicidade, razão, ação e virtude. Trata-se da perspectiva conhecida como deontológica (crítica do eudaimonismo) cuja maior influência se deve talvez a Immanuel Kant (1725-1804), e, por outro lado, o representante de grande parte da tradição ética ocidental, Aristóteles. A este último é atribuída a ideia de uma “ética das virtudes”, conceito atualmente retomado com vigor na filosofia moral contemporânea. Nosso objetivo é apresentar uma síntese das objeções da “moral grega” à moral deontológica (abstratividade, formalidade e universalidade de Kant: da ação baseada na ideia de dever). Por outro lado e em maior extensão, compreender quais os traços fundamentais da ética aristotélica (na qual as circunstâncias e experiências tem um papel imprescindível) que também procura pontuar a “fragilidade” da vida humana permeada de conflitos e dilemas advindos da própria condição “exposta” da vida, que diretamente dá relevo às nossas escolhas e uma ênfase no papel do hábito.

Universalidade e necessidade prática na prudência aristotélica

Isis Bruna (Mestranda PPGFil – UFRRJ)

Aristóteles, no livro VI de sua *Ética à Nicômacos*, identifica a virtude da prudência (*phrônesis*) como sendo uma disposição prática, uma virtude acompanhada de uma justa regra. Entretanto, no caso da prudência, por esta lidar com o âmbito contingente da vida humana, já que se refere diretamente ao bem ou mal humano, a maneira mais eficaz e penso que a única para compreendê-la é, de fato, através dos homens prudentes. Sendo assim, podemos dizer que Aristóteles individualiza a “justa regra” no homem prudente. Entretanto, mesmo sendo uma virtude voltada para o particular e para o contingente, esta virtude parece conservar em si mesmo algo de universal e necessário. Por conta disso, o objetivo deste trabalho é compreender melhor como é possível a prudência dizer respeito ao contingente e ao particular e, mesmo assim, guardar consigo certa universalidade e certa necessidade, as quais, por sua vez, a credenciam (qualificam) como uma virtude intelectual. Enfim, como pensar universalidade e necessidade diante dessa particularidade e circunstancialidade que permeiam a prudência?

Sabedoria e bem: o método da filosofia prática

Francisco Miranda (Mestrando PPGFil)

Na última parte do capítulo 1 do Livro I da metafísica (*Meth. I*, 1 981 b 25 – 1982a 4), Aristóteles faz referência direta ao texto da *Ética* (texto que pode se referir tanto à *Nicomáquea* quanto à *Eudemia*). O argumento em questão é a sapiência, e a distinção entre o conhecimento por meio da experiência e o da técnica, da empiria e da arte. Num modo hierárquico de precedência, a razão de proporção oferecida por Aristóteles diz que o conhecimento sensível é menor que a experiência, assim como esta é menor que a arte, e as ciências práticas menores que a ciências teóricas. Num primeiro momento vai definir a sapiência como pesquisa que se ocupa de todas as causas primeiras e de princípios. Depois, num segundo momento, vai defini-la como o conhecimento acerca de certas causas e princípios. Nesta referência à *Ética*, Aristóteles distingue os hábitos dianoéticos, que é a disposição habitual da razão: intelecto,

ciência, sapiência, arte e sabedoria. A arte é o hábito racional que precede à produção dos objetos, enquanto que a ciência é hábito racional que precede à demonstração. Há, portanto, uma sapiência prática, fruto de uma ciência prática que é o conhecimento de certas causas e princípios que não se ocupam da sua demonstração, nem que é precisa como a ciência teórica, mas que é conhecimento prático com fins bem definidos.

20 de setembro – Auditório Paulo Freire – 13:30 às 16h

A Forma do Bem e a justiça na cidade

Roberto Bolzani (USP)

É muito conhecida e debatida a passagem de República VI na qual a Forma do Bem é dita estar “muito além da essência em dignidade e poder” (509b). Discute-se, de preferência, o significado da enigmática expressão “além da essência” (*epékeina tês ousías*), mas aqui preferimos voltar nossa atenção para o complemento: “em dignidade e poder” (*presbeíai kai dynámeí*). Essa terminologia não nos parece poder ser tratada simplesmente como de significado “ontológico”, o mesmo valendo, no Livro VII, para as referências ao Bem como “o mais feliz dos seres” (*tò eudaimonéstaton tou óntos*, 526e) e como “o excelente entre os seres” (*toû arístou en toís oûsi*, 532c). Nessas passagens, parece poder vislumbrar-se uma relação entre o status ontológico do Bem e características que, para a condição humana, precária e incompleta, se apresentam como de natureza moral. Tratar-se-á aqui de tentar mostrar que a própria moralidade presente na cidade, expressa principalmente pela ideia de justiça, se pode explicar pelas características próprias das Formas em geral e, sobretudo, da Forma do Bem.

Amizade e felicidade na perspectiva aristotélica

Everton de Jesus Silva (Mestre PPGFil – UFRRJ)

Em sua investigação acerca da *eudaimonia* (felicidade), Aristóteles trata sobre uma temática considerada de grande relevância, que é a amizade, procurando demonstrar o que torna a amizade indispensável para alcançar uma vida boa e feliz. A *phília* é apresentada como sendo um critério essencial para a vida feliz. Tal argumento parece

se tornar mais explícito, ao constatar que nenhum homem, vivendo no isolamento, poderá tornar-se feliz. A felicidade é uma atividade e, por isso, é necessário a presença do outro, para que possa dar-se de maneira completa.

“Mas nem é possível livrar-se dos males” (Teeteto, 176a)

Alice Bitencourt Haddad (UFF)

Pretendemos apresentar, neste trabalho, uma leitura da passagem 176a-177a do *Teeteto*, em que Sócrates contrapõe dois modelos de vida: um divino e feliz, e o outro, sem deus e miserável. O primeiro tido como filosófico, o segundo, como próprio do retórico. Essa passagem nos mobiliza a tentar responder (1) qual a sua relação com a discussão sobre o conhecimento (*epistémé*); e (2) por que Sócrates é de um moralismo tão rígido com relação aos que vivem da retórica de tribunal.

20 de setembro – Auditório Paulo Freire – 16:30 às 19h

Algumas narrativas platônicas: Sócrates e o par ‘interno/externo’

Luisa Buarque (Puc-Rio)

Segundo Derrida, o par ‘dentro/fora’ é em Platão a matriz de todas as oposições possíveis. Essa observação pode ser corroborada por uma série de imagens platônicas pautadas na oposição entre interior e exterior. Imagens que o filósofo herda ou constrói a fim de compor a personagem de Sócrates. É interessante notar, contudo, que nem sempre o referido par é apresentado pelo filósofo como uma oposição. Trata-se, antes, de uma relação – a matriz de todas as relações possíveis –, trabalhada ora em oposição, ora em continuidade. Nesta comunicação, pretendo examinar algumas dentre as várias imagens do Sócrates platônico que são forjadas a partir da relação entre interior e exterior, a fim de mostrar que elas são capazes de acionar um dispositivo ontológico que, por sua vez, iluminará questões de ordem ética, política e jurídica. Em relação à questão do ‘bem’, esta será uma comunicação propedêutica, pois, debruçando-se sobre alguns modos platônicos de explorar a diferença entre o interno e o externo, ela talvez possa ser de algum auxílio para esclarecer o fato

curioso de que a forma do bem, tal como narrada na *República*, se encontra no exterior da célebre caverna.

O bom, o belo e o justo: considerações sobre o Fragmento B 102 de Heráclito

Alexandre Costa (UFF)

Traço marcante do pensamento platônico, a indissociabilidade entre bem, beleza e justiça é afirmada de forma cristalina pelo "obscuro" Heráclito, que alinha essas três qualidades – bom, justo e belo – como aquelas que, reunidas, conformam a unidade do êthos divino; em contraste com este êthos, o êthos humano é indicado como aquele que bifurca diante dessas mesmas qualidades, afirmando o seu sim e o seu não.

Nietzsche e o “mais belo rebento da antiguidade”: ontologia ou axiologia acerca do conceito de bem?

Davison de Paula (Mestre PPGFil – UFRRJ)

Em *Além do Bem e do Mal* (1886), Nietzsche opõe-se à tradição filosófica compreendida, sobretudo, como metafísica. A sua contraposição já se insinua no título de sua obra, cujo termo *além* indica ultrapassagem, superação e, justamente o que o filósofo pretende superar nesta obra são as dicotomias, os sistemas de valores com os quais os filósofos dogmáticos valoraram a vida, o *bem* e o *mal*. Embora para Nietzsche *bem* e *mal* sejam valores humanos, demasiado humanos, durante a história da filosofia eles foram pensados em termos metafísicos. O início dessa interpretação metafísica deve-se a Platão, pois, segundo Nietzsche, foi através do filósofo grego que teve início o “pior, mais persistente e perigoso dos erros até hoje foi um erro de dogmático: a invenção platônica do puro espírito e do bem em si”.¹ Neste trabalho pretendo investigar a crítica nietzschiana ao dogmatismo em relação ao conceito de bem, como a possibilidade de se pensar uma inversão do platonismo que ocorreria por meio da mudança de perspectiva ontológica para a perspectiva axiológica. Neste sentido, a chave de leitura para a compreensão das críticas a Platão e à ideia de bem é o conceito de valor, pois para o pensador alemão, os valores são avaliações feitas de acordo com a vida e, por isso, devemos empreender um procedimento genealógico dos valores nos

¹ *Além do bem e do mal*, “Prólogo”, §1.

questionando a partir de que condições de vida eles nascem, se, portanto, são sinais de força e saúde, ou de debilidade e enfermidade.

A ideia de bom e a comunidade da diferença

Admar Costa (UFRRJ)

Esta proposta consiste numa tentativa de pensar a idéia de bom na *República* como aquilo que permite pensar a participação e a diferenciação, não de coisas singulares, mas de coletivos e de suas qualidades. Orientado por esta ideia de bom, tentaremos mostrar que somente a dialética é capaz de se aproximar da ideia de bom e produzir uma compreensão capaz de vencer certas aporias e paradoxos.